

# REVISTA DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL Mato Grosso do Sul

Revista Direito Notarial e Registral Mato Grosso do Sul – ANO II – Nº 9 – outubro a dezembro de 2022

A photograph of Governor Reinaldo Azambuja of Mato Grosso do Sul. He is an older man with grey hair, wearing a dark suit jacket over a light-colored striped shirt. He is seated at a table, gesturing with his hands as if in conversation. In the background, a blue flag with white text is partially visible, and a potted plant is also present.

**“Assumimos o  
compromisso de  
fazer um governo  
responsável e  
voltado para melhorar  
a vida das pessoas”**

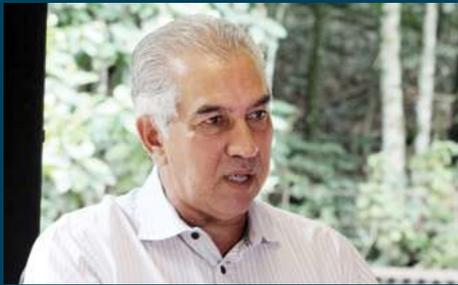
**Governador de Mato Grosso do Sul  
entre os anos de 2015 e 2022,  
Reinaldo Azambuja faz  
um balanço de sua gestão**



## 4 Especial

## 4 Institucional

Campanha *Anoreg/MS Solidária* incentiva doação a entidades beneficentes



## 6 Capa

## 6 Tabelionato de Notas

Congresso mundial da UINL apresenta conclusões e novo presidente mundial

## 10 Capa

“Assumimos o compromisso de fazer um governo responsável e voltado para melhorar a vida das pessoas”  
Entrevista com Reinaldo Azambuja, governador de MS entre 2015 e 2022



## 16 Judiciário

## 14 Registro de Imóveis

Registro de Imóveis prevê uma maior digitalização em suas atividades

## 16 Judiciário

Delegatários recebem homenagem do Poder Judiciário



## 24 Registro Civil

## 20 Tabelionato de Protesto

Cartórios de Protesto planejam novas atividades no ano de 2023

## 22 Entrevista

“A LGPD veio para somar e garantir a proteção das informações pessoais que envolvam a esfera privada de cada pessoa”  
Entrevista com o oficial de registro de Amambai (MS) Rafael Cabral da Costa



## 26 Especial

## 24 Registro Civil

Arpen/MS integra o projeto Juizado Especial Itinerante Fluvial

## 26 Especial

1º Ofício - Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Jardim (MS) conta com sede 100% informatizada

A **Revista de Direito Notarial e Registral do Mato Grosso do Sul** é uma publicação bimestral da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Mato Grosso do Sul (Anoreg/MS).

### Presidente

Leandro Augusto Neves Correa

### Vice-Presidente

José Paulo Baltazar Júnior

### Secretário

Naymi Salles Fernandes Silva Torres

### Tesoureiro

Elder Gomes Dutra

### Jornalista Responsável

Alexandre Lacerda Nascimento

### Editora

Larissa Luizari

### Redatores

Andressa Eloísa Oliveira, Frederico Guimarães e Larissa Luizari

### Projeto gráfico e diagramação

MW2 Design

### Impressão e CTP

JS Gráfica e Editora  
Telefax: (11) 4044 4495  
email: js@jsgrafica.com.br  
URL: www.jsgrafica.com.br



EDITORIAL



“Em 2023, nós, da Anoreg/MS, representando os cartórios do Estado, trabalharemos para continuar promovendo um trabalho de excelência e qualidade em prol da sociedade sul-mato-grossense”

## Trabalhos em prol da sociedade

A última edição do ano da **Revista de Direito Notarial e Registral do MS**, publicação da Associação dos Notários e Registradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Anoreg/MS), traz uma entrevista inédita com o governador do Estado por dois mandatos, entre os anos de 2015 e 2022, Reinaldo Azambuja, que faz um balanço sobre suas duas gestões e fala das conquistas do governo, que colocou a economia do Estado entre as primeiras.

Também apresenta a campanha *Anoreg Solidária*, que incentiva a doação do valor devido do imposto de renda de notários e registradores a entidades beneficentes do Estado, valorizando, assim, o trabalho realizado por essas entidades.

Além disso, ainda no mês de dezembro, notários e registradores foram homenageados pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado. A cerimônia integra um conjunto de homenagens que o órgão realizou em 2022, sendo a primeira em abril, para reconhecer os serviços prestados pelos delegatários que exercem ou exerceram a titularidade nos serviços extrajudiciais por mais de 40 anos, desde a criação do Estado.

A homenagem foi criada em razão da importância jurídica e social da atividade desempenhada pelos notários e registradores, que contribuíram significativamente no desenvolvimento de Mato Grosso do Sul ao longo das últimas quatro décadas.

Em 2023, nós, da Anoreg/MS, representando os cartórios do Estado, trabalharemos para continuar promovendo um trabalho de excelência e qualidade em prol da sociedade sul-mato-grossense.

Boa leitura!

**Leandro Corrêa**  
Presidente da Anoreg/MS

# CAMPANHA ANOREG/MS SOLIDÁRIA incentiva doação a entidades beneficentes

**Em 2022, o Cotelengo Sul-Matogrossense, instituição que atende pessoas com deficiência, foi escolhido para receber o valor arrecadado**

**A** Associação dos Notários e Registradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Anoreg/MS) lançou, no dia 21 de novembro, a campanha *Anoreg/MS Solidária*, para incentivar a doação do valor devido do imposto de renda de notários e registradores a entidades beneficentes do Estado. Este ano, o ato de cidadania irá direcionar o valor arrecadado ao Cotelengo Sul-Matogrossense, instituição que atende pessoas com deficiência de todo o Estado.

Segundo o presidente da Anoreg/MS, Leandro Correa, a ideia da campanha surgiu após visita de alguns diretores ao Cotelengo Sul Mato Grossense. "Diante da possibilidade de direcionamento de percentual do imposto de renda, buscamos a campanha para concentrar as doações e entregar à instituição algo palpável".

Para participar, o interessado deverá direcionar parte do imposto de renda devido à entidade beneficente. Pessoas físicas poderão destinar até 6% do imposto caso a doação seja feita até o dia 31 de dezembro de 2022. Todo o valor arrecado durante a campanha será destinado ao Cotelengo, que existe há 26 anos e atende hoje mais de 450 pessoas com deficiência.

"O nosso atendimento cresceu e é urgente aumentar o nosso espaço físico também para atender de forma mais confortável todos que precisam. As doações realizadas através do imposto de renda nos ajudam nessas obras, a comprar equipamentos, materiais para o dia a dia dos atendimentos. Cada projeto é pensado para melhorar a qualidade dos nossos serviços", comenta o diretor presidente da obra, padre Valdeci Marcolino.

"Esperamos, nesse primeiro ano, concretizar a ampliação do espaço de atendimento do Cotelengo, valorizando o belíssimo trabalho da instituição", explica o presidente da Anoreg/MS.



Em Mato Grosso do Sul, fazer doação a entidades beneficentes é bem fácil. O próprio doador pode acessar o site da prefeitura da capital, selecionar a entidade que pretende ajudar e inserir o valor a ser doado. Esse procedimento dura menos de cinco minutos.

#### COMO DOAR

A Prefeitura de Campo Grande disponibiliza o portal Clique Esperança, pelo qual é possível realizar as doações para projetos assistenciais que atuam com crianças e jovens carentes. O processo é muito simples e o doador escolhe o valor que deseja doar.

Basta acessar o site > clicar em Doação > preencher os dados necessários e gerar a guia com o valor desejado.

É importante selecionar na Entidade de Destino, neste caso, o Cotelengo Sul-Matogrossense.

O próprio site emite a guia e, após a confirmação do pagamento, o recibo necessário para a dedução na declaração do imposto de renda.

O recurso é destinado ao Fundo Municipal para Infância e Adolescência do município e depois repassado à entidade escolhida pelo doador.

#### O COTOLENGO

A instituição existe há 26 anos e é gerenciada pela congregação religiosa orionita, atendendo hoje mais de 450 pessoas com deficiência, visando a qualidade de vida, reabilitação e integração dessas pessoas na sociedade.

O espaço do Cotelengo oferece atendimento especializado para pessoas com paralisia cerebral grave, deficientes físicos e intelectuais nas mais diversas áreas: fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional, serviço social, nutrição e atendimento com ortopedista e neuropsicólogo.



*“Diante da possibilidade de direcionamento de percentual do imposto de renda, buscamos a campanha para concentrar as doações e entregar à instituição algo palpável”*

**Leandro Correa,**  
presidente da Anoreg/MS

Além dos atendimentos realizados, o Cotelengo oferece refeições diárias, higienização e transporte dos pacientes.

Com o aumento da demanda de pacientes, a entidade precisa ampliar seus espaços de atendimento e construir um novo bloco de fisioterapia. O valor da obra está estimado em R\$ 270 mil. As doações realizadas pelos associados da Anoreg/MS serão destinadas a esses dois projetos.

#### **CARTILHA**

Para orientar aqueles que desejam aderir à campanha, a Anoreg/MS lançou a cartilha que traz mais informações sobre como proceder com a doação do imposto de renda, como e onde doar, o passo a passo e um histórico do Cotelengo Sul-Mato-Grossense, instituição escolhida para receber os valores das doações.

Pessoas físicas podem doar até 6% do valor do imposto até o dia 31 de dezembro de 2022.

O valor doado é abatido do imposto de renda devido pelo doador, sem custos adicionais.

Todo o processo é on-line, através do site municipal Clique Esperança.

**ACESSE AQUI A CARTILHA**



Para participar da campanha, o interessado deverá direcionar parte do imposto de renda devido à entidade beneficente

*“O nosso atendimento cresceu e é urgente aumentar o nosso espaço físico também para atender de forma mais confortável todos que precisam”*

**Valdeci Marcolino,**  
diretor presidente da obra

# Congresso mundial da UINL

## APRESENTA CONCLUSÕES E NOVO PRESIDENTE MUNDIAL

Evento marcou também a apresentação oficial e eleição do novo presidente mundial para o triênio 2023-2025, que estará a cargo do notário francês Lionel Galliez

Com a presença de 91 países do mundo, a União Internacional do Notariado (UINL) realizou entre os dias 1 e 3 de dezembro, em Cancún, no México, o 30º Congresso Mundial do Notariado, evento que marcou os debates em torno de dois temas mundiais: “O exercício da função pública notarial em âmbito virtual” e “O exercício da função pública notarial vinculado à recuperação das economias nacionais na época pós-pandemia”.

O evento marcou também a apresentação oficial e eleição do novo presidente mundial para o triênio 2023-2025, que estará a cargo do notário francês Lionel Galliez, 52 anos, tabelião em Paris e que presidia a Comissão da entidade na Participação com Organismos Internacionais. Também formalizou o ingresso de dois novos países à entidade internacional, que agora conta com o Cazaquistão e o Uzbequistão.

### 91 PAÍSES

Com a presença do ministro da Justiça, Kanat Mussin, o Cazaquistão foi oficialmente integrado a União Internacional do Notariado (UINL), em cerimônia realizada na abertura oficial do 30º Congresso Internacional do Notariado, em Cancún, no México.

“Estamos honrados de termos nosso país oficialmente vinculado a entidade mundial dos notários. Trata-se de uma atividade essencial para a segurança jurídica e muito valorizada em nosso país e que agora ganha peso internacional integrada à família do notariado”, disse.

Já a presidente do notariado do Cazaquistão, Assel Zhanabilova, representante do país que conta com 4.381 notários distribuídos por 17 províncias, se disse emocionada ao realizar um sonho para os profissionais. “É um momento



Com a presença de 91 países do mundo, a União Internacional do Notariado (UINL) realizou entre os dias 1 e 3 de dezembro, em Cancún, no México, o 30º Congresso Mundial do Notariado



histórico para nós e de muita emoção. Viemos aprender com vocês e abrir as portas do nosso belo país para o notariado de todo o mundo”.

O Uzbequistão também foi oficialmente integrado a União Internacional do Notariado (UINL), em cerimônia realizada na abertura oficial do 30º Congresso Internacional do Notariado, em Cancún, no México. O país situado na Ásia Central migrou o sistema notarial estatal para o modelo do civil law em suas 12 províncias durante o processo de adesão à entidade internacional.

Segundo o presidente do notariado uzbeque, Dilshod Ashurov, a transformação já começa a ser sentida na efetividade dos serviços prestados à população e do reconhecimento dos entes públicos. “A transformação de nossa atividade e a adesão ao modelo do notariado latino, em um prazo de apenas 1 ano, já mostra avanços nos negócios do país e na efetividade das relações jurídicas. É um grande dia e uma enorme emoção integrar esta grande família do notariado internacional”.

#### CONCLUSÕES INTERNACIONAIS

“O exercício da função pública notarial em âmbito virtual”, tema coordenado pelo notário italiano Carlo Alberto Maroz, abriu os trabalhos da tarde do segundo dia do 30º Congresso Mundial do Notariado que está sendo realizado em Cancún, no México. Já o presidente do notariado alemão Jens Borman coordenou o segundo painel do 30º Congresso Mundial do Notariado, que debateu o tema o “exercício da função pública notarial vinculado à recuperação das economias nacionais na época pós-pandemia”.

Os notariados de todo o mundo ainda debateram no terceiro dia de trabalho do 30º Congresso Mundial da União Internacional do Notariado o tema “O



**Novo presidente da UINL, o francês Lionel Galliez, tem 52 anos, é tabelião desde 1999 e atua em Paris**

*“São três aspectos essenciais para que o notariado mundial permaneça tendo relevância perante a sociedade, alargue a sua influência junto aos Organismos Internacionais e possa estar presente e atuante em qualquer país onde seja necessário demonstrar a importância da atividade, seus resultados em prol da segurança jurídica e a evolução do notariado em meio eletrônico”*

**Lionel Galliez,  
novo presidente da UINL**



notariado participe da luta contra a lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo”.

Coordenada pela presidente da UINL, Cristina Armella, a mesa de debates do fórum internacional contou com a participação de notários da Espanha, México, Peru, Argentina e Canadá. “Está sendo uma experiência positiva, boa para o cidadão, para a sociedade e para a atividade notarial, que assumiu um protagonismo muito relevante perante o estado espanhol e em toda a comunidade europeia”, destacou o espanhol Alfonso Cavallé.

Presidente do Grupo de Trabalho de Combate à Lavagem de Dinheiro da UINL, o peruano Mario Romero Valdivieso apresentou o Guia de Trabalho da UINL sobre a atuação notarial na prevenção a crimes financeiros. Os diretores do CNB/CF Eduardo Calais e José Renato Vilarnovo, também presidente do CNB/RJ, e o assessor jurídico da entidade, Rafael Depieri, também acompanharam o painel.

Já no último dia do evento foram apresentadas pelos presidentes das Comissões que trabalharam cada um dos temas as conclusões dos debates de cada um dos temas. Veja abaixo as conclusões finais dos dois temas mundiais.

Com relação ao tema “O exercício da função pública notarial em âmbito virtual”, que contou com a apresentação de estudos de 36 países do mundo, inclusive do Brasil, as conclusões trouxeram diretrizes mundiais sobre Garantia de Autenticidade no Mundo Virtual, Flexibilidade sem Comprometimento da segurança jurídica, a necessidade de novas regras internacionais de Competência e Reconhecimento, e a demonstração de que os notários não podem ser substituídos por novas tecnologias.

Já com relação ao tema 2 do encontro,

que tratou do “exercício da função pública notarial vinculado à recuperação das economias nacionais na época pós-pandemia” e que contou com a participação de trabalhos de 26 países membros, inclusive do Brasil, foram delineadas recomendações sobre: “Notariado e o empreendedorismo. Intervenção notarial na formação e desenvolvimento de microempresas”; “O notariado e as pequenas e médias empresas frente às crises econômicas. Assessoramento integral. Possibilidade de acesso ao crédito e o oferecimento de garantias. O saneamento creditício e financeiro. Concursos e falências”; “O notariado e as pequenas e médias empresas frente às crises econômicas. Assessoramento integral” e “Digitalização – Constituição de empresas online. A propósito da Diretiva Europeia. Vantagens e Desvantagens”.

## **NOVO PRESIDENTE MUNDIAL**

Tópico final do último dia de trabalho durante o 30º Congresso Mundial da União Internacional do Notariado (UINL), que foi realizado em Cancún, no México, o discurso do novo presidente mundial do notariado, o francês Lionel Galliez, trouxe ao conhecimento dos notários dos 91 países membros da entidade, o foco de gestão da nova legislatura que terá início em 1º de janeiro de 2023, com mandato de três anos.

- Defender a especificidade do modelo notarial e a diversidade dos nossos ordenamentos jurídicos;
- Alargar e aprofundar as competências dos notários membros da UINL;
- Estabelecer uma base doutrinária para fortalecer a ação da União.

“São três aspectos essenciais para que o notariado mundial permaneça tendo relevância perante a sociedade, alargue a sua influência junto aos Organismos

Internacionais e possa estar presente e atuante em qualquer país onde seja necessário demonstrar a importância da atividade, seus resultados em prol da segurança jurídica e a evolução do notariado em meio eletrônico”, disse. “A UINL estará ao lado de seus notariados membros para conquistar e defender suas atribuições, promover estudos científicos e trabalhar para oferecer elementos técnicos de convencimento e experiências exitosas dentro do sistema latino”.

Lionel Galliez, 52, é tabelião desde 1999 e atua em Paris. Entre 2016 a 2022, foi conselheiro do presidente do Conseil Supérieur du Notariat para assuntos internacionais e, em 2011, presidente da Comissão do 107º Congresso dos Notários da França. De 2020 a 2022, foi vice-presidente da UINL para a Europa e, desde 2014, conselheiro Geral (França) e presidente do Grupo de Trabalho sobre Parceria com Organismos Internacionais. Foi ainda delegado do Conseil Supérieur du Notariat nas Nações Unidas e no Banco Mundial entre 2010 e 2022.

Ganhou o Prêmio Ducret do relatório do 26º Congresso e também foi membro do Comitê de Peritos da FAO para as Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Posse da Terra de 2010 a 2012, relator do Notariado Francês do 26º Congresso Mundial de Notários em Marrakech em 2010 e, finalmente, especialista da União Europeia nos Ministérios da Justiça do Líbano, Vietnã e Tunísia de 2008 a 2010.

Um jantar de gala, com a presença de representantes de 91 notariados do mundo, encerrou o 30º Congresso Mundial do Notariado, realizado na cidade de Cancún, no México. Representaram o Brasil no último dia, os diretores federais José Renato Vilarnovo, também presidente do CNB/RJ, Eduardo Calais, e o assessor jurídico Rafael Depieri.

# BRASIL ELEGE TRÊS NOVOS CONSELHEIROS INTERNACIONAIS E PASSA A INTEGRAR O CONSELHO DE DIREÇÃO DA UINL

**Ubiratan Guimarães (SP), José Flávio Bueno Fischer (RS), José Renato Vilarnovo (RJ), Rodrigo Reis Cyrino (ES) e Ana Paula Frontini (SP) são os cinco representantes internacionais**

**C**ancún (México) – O notariado brasileiro marcou presença nos últimos dias 29 e 30 de novembro das reuniões do Conselho Geral e da Assembleia de Notariados Membros da União Internacional do Notariado Latino (UINL), realizadas em Cancún, no México. Na ocasião, o Brasil recuperou duas cadeiras no Conselho Geral da entidade, passando a contar com cinco conselheiros internacionais, e teve eleito Ubiratan Guimarães para compor o Conselho de Direção da entidade.

Concorrendo com outras quatro candidaturas – Canadá, Peru, México e Argentina – Ubiratan Guimarães obteve 38 dos 51 votos disponíveis e assumiu uma das cadeiras do Conselho de Direção da entidade. “O Brasil é um país de extensão continental, com cerca de 9 mil notários. Estamos hoje na vanguarda da digitalização dos serviços notariais, com 100% deles em meio eletrônico. Desta forma, pretendo colaborar da melhor maneira possível com o notariado, colocando meu amor pela atividade a serviço de toda a comunidade notarial do mundo”, disse.

Já para as vagas no Conselho Geral da entidade, a representação do notariado brasileiro, até então com três conselheiros, obteve duas novas cadeiras e agora conta com cinco representantes internacionais: Ubiratan Guimarães (SP), José Flávio Bueno Fischer (RS), José Renato Vilarnovo (RJ), Rodrigo Reis Cyrino (ES) e Ana Paula Frontini (SP).

“Foi uma experiência magnífica estar representando o Brasil em uma entidade que reúne nada menos do que 91 países do mundo. Isto só mostra a força e a representatividade da atividade notarial no mundo e o quanto o Brasil pode beber na fonte e experiência dos demais países para aperfeiçoar nossa atividade”, destaca o presidente do Colégio Notarial do Brasil



**O Brasil recuperou duas cadeiras no Conselho Geral da entidade, passando a contar com cinco conselheiros internacionais**

– Seção Rio de Janeiro (CNB/RJ), José Renato Vilarnovo Garcia, agora novo conselheiro da entidade internacional.

Diretor do Conselho Federal e ex-presidente da Seccional do Espírito Santo, Rodrigo Reis Cyrino falou sobre a nova função internacional. “Trata-se de uma participação muito importante para o notariado brasileiro. Podemos trazer as nossas características, apresentar a evolução digital da atividade no Brasil, mas também aprender muito com as experiências internacionais para o fortalecimento do notariado brasileiro”, disse.

Durante a Assembleia, conduzida pela presidente da entidade, a argentina Cristina Armella, foram apresentados os trabalhos desenvolvidos pela entidade ao longo dos três últimos anos, como as visitas online aos notariados membros, a fundação da Escola Mundial do Notariado, da Academia Notarial Africana.

Durante o evento também foram apresentados os panoramas do notariado nos cinco continentes, por meio do trabalho dos vice-presidentes continentais para a América do Sul, América do Norte, Central e Caribe, Europa, África e Ásia.

Entre as comissões de trabalho da entidade, tiveram apresentações as Comissões de Cooperação Notarial Internacional (CCNI), que apresentou os relatórios que levaram ao ingresso do Cazaquistão e do Uzbequistão na entidade, a Consultiva, o GT de Participação com Organismos Internacionais, o Conselho de Vigilância Financeira, a Oficina Notarial Permanente de Intercâmbio Internacional (ONPI), a Comissão de Direitos Humanos, de Temas e Congressos, de Deontologia Notarial, de Segurança Social Notarial e os Grupos de Trabalho de Novas Tecnologias e Prevenção à Lavagem de Dinheiro

# “ASSUMIMOS O COMPROMISSO DE FAZER UM GOVERNO RESPONSÁVEL E voltado para melhorar a vida das pessoas”

Governador de Mato Grosso do Sul entre os anos de 2015 e 2022, Reinaldo Azambuja faz um balanço de sua gestão

**A** pós oito anos governando o Estado de Mato Grosso do Sul - entre os anos de 2015 e 2022 -, Reinaldo Azambuja encerra seu segundo mandato com aprovação de 74,88% da população sul-mato-grossense, segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Resultado (IPR) em parceria com o jornal Correio do Estado, no período de 19 a 21 de dezembro deste ano, nos 15 maiores municípios do Estado.

Segundo levantamento realizado pelo Portal G1, o governador foi o que mais cumpriu promessas de campanha. Conforme o levantamento, em quatro anos de gestão, Azambuja cumpriu totalmente 70,83% dos compromissos assumidos durante as eleições de 2018.

Nascido em 13 de maio de 1963, em Campo Grande, o agropecuarista começou na política como prefeito de Maracaju, em 1997, foi reeleito e ficou até 2004. Em 2006, elegeu-se deputado estadual e em 2010, deputado federal. Em 2014, venceu as eleições para o cargo de governador de Mato Grosso do Sul, no qual seguiu até 2022.

Em entrevista à **Revista de Direito Notarial e Registral do MS**, Azambuja faz um balanço de seus dois mandatos, destacando o crescimento da economia sul-mato-grossense e também ações de combate à pandemia do coronavírus, que colocou o Estado entre os primeiros em vacinação. “Assumimos o compromisso de fazer um governo responsável e voltado para melhorar a vida das pessoas”, afirma.

O ex-governador do Estado de Mato Grosso do Sul Reinaldo Azambuja conta que o crescimento do PIB no Estado é reflexo do mercado do agronegócio, do aumento da agroindustrialização e do volume de investimento público direto





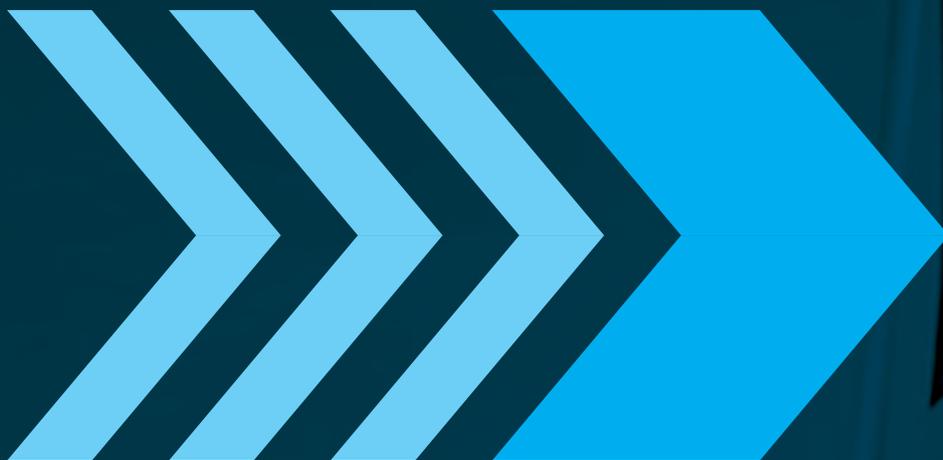
**Revista de Direito Notarial e Registral do MS - O senhor esteve por dois mandatos à frente do governo do Estado. Quais foram os principais desafios enfrentados ao longo desses oito anos?**

**Reinaldo Azambuja** - O primeiro desafio foi o de colocar a casa em ordem, para gastar menos com o governo e mais com as pessoas. Em 2015, o Estado estava quebrado. Estávamos na letra D, último lugar no ranking da Capag, do Tesouro Nacional, sem capacidade de cumprir os compromissos. Além disso, herdamos um pacote de bondades, do governador anterior. Então, iniciamos o mandato com aumento de 17,8% na folha de pagamento, porque a administração que veio antes da gente havia dado toda uma revisão dos planos de cargos e carreiras dos servidores em 2013, mas para implantar em dezembro de 2014, e tivemos que pagar a conta. Foi preciso tomar medidas duras, algumas até impopulares, mas necessárias para o Estado não quebrar, como as reformas estruturantes: administrativa, previdenciária e criar um teto de gastos para todos os poderes. Enfrentamos a intolerância de alguns. Outro grande desafio foi a Covid-19, que trouxe prejuízos para todo mundo e, o pior deles, foi a morte de 691 mil brasileiros. Aí foi preciso trabalhar em duas frentes: na área de saúde, para combater a doença; e na área econômica, para reduzir os impactos, criando protocolos de biossegurança para manter os estabelecimentos abertos, mas com foco na saúde das pessoas, na preservação da vida. E graças a Deus, por muito tempo, lideramos a vacinação contra a Covid-19. Isso nos deu muito orgulho, porque salvamos vidas. Depois, foi a vez de lançar o pacote Retomada MS para apoiar os setores mais atingidos pela crise do coronavírus com auxílio financeiro e medidas fiscais.

*“Ficamos em 1º lugar como o governo que mais cumpre promessas de campanha, conforme o levantamento feito pelo G1. Isso é trabalho de toda uma equipe.”*

**Revista de Direito Notarial e Registral do MS - Qual balanço o senhor faz das metas estabelecidas no início do seu governo?**

**Reinaldo Azambuja** - Assumimos o compromisso de fazer um governo responsável e voltado para melhorar a vida das pessoas. Foi isso que fizemos. Ficamos em 1º lugar como o governo que mais cumpre promessas de campanha, conforme o levantamento feito pelo G1. Isso é trabalho de toda uma equipe. Estabelecemos os contratos de gestão, a partir de 2015, quando assumimos. Era um instrumento previsto na Constituição de 88, mas que nunca havia sido implementado. O objetivo é fixar metas de desempenho para órgãos e entidades. O contrato de gestão estabelece indicadores e metas que precisam ser atingidos, assim como projetos e processos que devem ser executados pelos órgãos e entidades ao longo dos meses de cada ano. Neste último ano de governo, por exemplo, tivemos um índice geral de cumprimento dos contratos de praticamente 80%. Os resultados estão nas obras nos 79 municípios, nos programas como o Mais Social, Energia Social e o CNH Social, na digitalização dos serviços, na geração de empregos e nos indicadores que mostram a pujança de Mato Grosso do Sul.



*“Mato Grosso do Sul é o maior crescimento do PIB do Brasil e, de longe, o maior investimento per capita. Isso é muito importante porque o Estado tem a obrigação de devolver em obras e ações o dinheiro dos impostos que todos pagamos.”*

**Revista de Direito Notarial e Registral do MS - Em 2020, a economia de Mato Grosso do Sul cresceu 0,25%, a maior taxa registrada entre todas as unidades da federação durante o período da pandemia, segundo pesquisa divulgada pelo IBGE. A que o senhor deve este resultado?**

**Reinaldo Azambuja** - A gente mudou o perfil de Mato Grosso do Sul. Em 2014, o PIB era de R\$ 78,9 bilhões. E a projeção é de R\$ 155 bilhões em 2022. Isso significa que praticamente dobramos a economia do Estado. A estimativa de crescimento médio é de 8,8% ao ano. Não é pouca coisa. Mato Grosso do Sul é o maior crescimento do PIB do Brasil e, de longe, o maior investimento per capita. Isso é muito importante porque o Estado tem a obrigação de devolver em obras e ações o dinheiro dos impostos que todos pagamos. O crescimento do PIB é reflexo do mercado do agronegócio, o aumento





da agroindustrialização no Estado e do volume de investimento público direto, com as obras que temos nos 79 municípios de Mato Grosso do Sul.

**Revista de Direito Notarial e Registral do MS - O Estado também se destacou em ações de combate à pandemia, sendo considerado, durante meses, o primeiro lugar em vacinação no país. Quais foram as estratégias para enfrentar os desafios desse período e alcançar resultados positivos?**

**Reinaldo Azambuja** - A crise do coronavírus trouxe prejuízos para todo mundo: dona de casa, trabalhadores, empresários. Mas o pior de tudo foi a morte de 691 mil brasileiros. Criamos campanhas de conscientização e uma organização para, em poucas horas, distribuir as doses de vacina para os 79 municípios de Mato Grosso do Sul. Por muito tempo lideramos a vacinação

contra a Covid e isso nos deu muito orgulho, porque salvamos vidas. Teve também o estudo da Janssen para imunizar a população de 13 municípios da fronteira com Paraguai e Bolívia. O nosso esforço foi para preservar vidas, sem interromper as atividades econômicas, criando protocolos por meio do programa Proseguir.

**Revista de Direito Notarial e Registral do MS - O Projeto de Regularização Fundiária Urbana (Reurb) em Mato Grosso do Sul já contemplou milhares de famílias em todo Estado. Como o senhor avalia esse resultado e o serviço prestado pelos Cartórios de Registro de Imóveis sul-mato-grossenses?**

**Reinaldo Azambuja** - A Regularização Fundiária Urbana contemplou famílias em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. No ano de 2022 foram 2.954 beneficiários, totalizando, de 2017 até hoje, 9.761 famílias. Os Cartórios de Registros de Imóveis têm sido parceiros imprescindíveis em todo o processo da Reurb. Avaliamos o trabalho dos cartórios como excelente. São parceiros que não medem esforços para atender o Estado, principalmente na Reurb-S.

**Revista de Direito Notarial e Registral do MS - Os programas sociais também se destacaram durante seu governo, como o Mais Social e o Energia Social. Qual o impacto desses programas no desenvolvimento do Estado?**

**Reinaldo Azambuja** - Temos os dois maiores programas sociais dos estados brasileiros hoje. Nenhum estado pós-retomada da economia conseguiu implantar dois programas que distribuem R\$ 1 bilhão em dividendos à população mais carente: o Mais Social e o Energia Social. Somente no mês de setembro de

*“Temos os dois maiores programas sociais dos estados brasileiros hoje. Nenhum estado pós-retomada da economia conseguiu implantar dois programas que distribuem R\$ 1 bilhão em dividendos à população mais carente: o Mais Social e o Energia Social.”*

2022, tivemos 87 mil famílias atendidas pelo Mais Social e 154 mil pelo Energia Social. O Mais Social é um cartão, atualmente no valor de R\$ 300 por mês, para compra de alimentos, material de higiene pessoal e gás de cozinha. O cartão pode ser usado em qualquer estabelecimento comercial, mas não é permitida a compra de bebidas alcoólicas e de cigarros. Além de ajudar diretamente quem mais precisa, o Mais Social também movimentou a economia, ajudando os negócios locais. E por meio do Energia Social, o Governo do Estado paga a conta de luz das famílias que utilizam até 220 kWh por mês cadastradas no CadÚnico (Cadastro Único) do Governo Federal. Com isso, sobra mais dinheiro para elas fazerem compras ou pagar outras contas. Com esses dois programas, estendemos as mãos a quem mais precisa e ajudamos a movimentar a economia. Todo mundo sai ganhando.

*“Os Cartórios de Registros de Imóveis têm sido parceiros imprescindíveis em todo o processo da Reurb. Avaliamos o trabalho dos cartórios como excelente. São parceiros que não medem esforços para atender o Estado, principalmente na Reurb-S.”*

# REGISTRO DE IMÓVEIS PREVÊ UMA maior digitalização em suas atividades

**Financiamentos imobiliários caem em Mato Grosso do Sul, mas mudanças trazidas pela Lei 14.382/22 podem contribuir para a melhora do ambiente de negócios**

**A**s mudanças trazidas para o Registro de Imóveis pela Lei 14.382/22 podem contribuir para a melhora do ambiente de negócios do país, isso porque a digitalização de serviços dos Cartórios brasileiros, em especial do Registro de Imóveis, pode ajudar no processo de unificação dos registros e conseqüente aprimoramento do mercado imobiliário.

Para o diretor executivo da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), Filipe Pontual, as alterações trazidas com a Lei nº 14.382/22 “são decisivas para a melhoria do ambiente de negócios no país, como também será a segurança jurídica que é essencial nas relações que decorrem da concessão de crédito e da formalização de suas garantias”.

Ainda de acordo com ele, a informatização é um fator fundamental de evolução e desenvolvimento em todas as atividades da vida moderna. “Constitui em avanço irreversível e não poderia deixar de incluir os registros públicos, em especial o imobiliário. As transações imobiliárias e a formalização de seu registro vem sendo caracterizadas pela expansão do volume e pela velocidade, o que obrigou o legislador a priorizar o registro eletrônico imobiliário”, salienta Pontual.

Já José Paulo Baltazar Júnior, presidente do Colégio Registral Imobiliário do Estado de Mato Grosso do Sul (CORI-MS), diz que a Lei 14.382/22 representa uma janela de oportunidade para a inserção do Registro de Imóveis do Brasil e dos Registros Públicos como um todo no mundo digital.

“Sendo os serviços extrajudiciais serviços públicos delegados é essencial que sejam integrados ao conceito de governo digital, com serviços fornecidos pela internet, 24 horas por dia, sete dias por semana de modo integralmente digital, facilitando o

acesso do usuário. Os Registros Públicos contam com grandes forças, como a capacidade técnica dos delegatários e a capilaridade do acesso. É preciso, porém, modernizar os serviços e facilitar o acesso digital, sob pena de obsolescência ou substituição por outros modelos”, argumenta Baltazar.

“É preciso facilitar a vida do usuário, propiciando uma única porta de acesso aos serviços em vários Estados, tanto para obtenção de informações quanto para a protocolização de títulos. Não há sentido em exigir vários cadastros, meios de pagamento diversos, além do retrabalho de refazer, com maiores custos, aquilo que pode ser efetuado uma só vez e replicado em outros locais, gerando uma economia de escala. Um serviço mais eficiente, rápido e previsível alavanca os negócios e coloca os registros de imóveis como parte da solução e não do problema”, completa o registrador.

## FINANCIAMENTOS

Um levantamento realizado pela Associação Brasileira de Entidades de Crédito e Poupança (Abecip) mostra que a quantidade de unidades financiadas em outubro de 2022 em Mato Grosso do Sul caiu 41,21% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Naquele período, foram fechados 1.070 acordos de financiamento imobiliário no Estado, enquanto em 2022 a marca foi de 629.

Já em volume financeiro, a queda é de 35,5% no mesmo recorte referente ao mês de outubro. Naquele mês em 2021, foram negociados R\$ 287,792 milhões em financiamentos, já em outubro de 2022 foram R\$ 185,572 milhões.

Para o diretor Executivo da Abecip, Filipe Pontual, em termos nacionais, em 2020 os financiamentos bateram recorde em volume financiado (R\$ 124 bilhões) com alta anual de 58%. Esse recorde foi renovado



Para o diretor Executivo da Abecip, Filipe Pontual, as alterações trazidas com a Lei nº 14.382/22 “são decisivas para a melhoria do ambiente de negócios no país

*“As transações imobiliárias e a formalização de seu registro vem sendo caracterizadas pela expansão do volume e pela velocidade o que obrigou o legislador a priorizar o registro eletrônico imobiliário”*

**Filipe Pontual,**  
diretor Executivo da Abecip

## Financiamento imobiliário cai 41% em outubro no Estado de Mato Grosso do Sul

Mato Grosso do Sul	Unidades	Financiamento
Outubro 2021	1.070	R\$ 287.792.297
Outubro 2022	629	R\$ 185.572.671
Variação	-41,21%	-35,51%
Janeiro a outubro 2021	8.526	R\$ 2.167.000.741
Janeiro a outubro 2022	7.832	R\$ 2.234.538.006
Variação	-8,13%	3,02%

Brasil	Unidades	Financiamento
Outubro 2021	71.123	R\$ 17.156.104.942
Outubro 2022	59.337	R\$ 14.721.478.761
Variação	-16,57%	-14,19%
Janeiro a outubro 2021	734.373	R\$ 171.847.173.818
Janeiro a outubro 2022	618.876	R\$ 151.197.047.235
Variação	-15,72%	-12,01%

Fonte: Associação Brasileira de Entidades de Crédito e Poupança (Abecip)

em 2021 (R\$ 205 bilhões) com alta anual de 66%. Ainda de acordo com ele, para 2022, entretanto, a maioria dos segmentos econômicos já previam algum ajuste para baixo, refletindo o momento econômico mundial e doméstico.

“No Estado de Mato Grosso do Sul a situação não foi diferente, refletindo a pujança do agronegócio, o crédito imobiliário mostrou altas importantes em 2020 (+59%) e 2021 (+72%), crescimentos maiores que a média nacional. Para o ano de 2022, também segue refletindo indefinições nos campos econômico e político”, argumenta Pontual.

O diretor da Abecip acredita que “as garantias praticadas no crédito imobiliário fazem com que este esteja diretamente vinculado a uma atuação eficiente dos registradores de imóveis, o que inclui os registradores do Estado de Mato Grosso do Sul”.

Segundo o presidente do CORI-MS, José Paulo Baltazar Júnior, “a diminuição não tem relação com o serviço de registro de imóveis em si, sendo resultado de fatores econômicos, nomeadamente o aumento da taxa de juros, que aumenta as parcelas, desestimulando os compradores e até im-

possibilitando a obtenção do financiamento conforme a renda comprovada”.

“Houve expressiva valorização dos imóveis em si, que não foi acompanhada por um aumento equivalente na renda das famílias, o que dificultou o pagamento da parcela de entrada, que não é financiada”, opina Baltazar.

Ainda de acordo com ele, o trabalho dos registradores no Mato Grosso do Sul é de alta qualidade, o que é revelado pelo baixíssimo índice de acessos ao mecanismo de reclamações do Registro de Imóveis do Brasil.

“O Registro de Imóveis se insere como uma etapa formal da maior importância no processo da indústria da construção civil e do parcelamento do solo. Para essas atividades econômicas os prazos são muito relevantes e os relatos que recebemos dos representantes das entidades são de que os registradores de imóveis atuam com atenção aos prazos legais, estando os gargalos mais problemáticos nas prefeituras, até mesmo pela falta de estrutura, especialmente em pequenos municípios”, salienta o presidente do CORI-MS.



José Paulo Baltazar Júnior diz que a Lei 14.382/22 representa uma janela de oportunidade para a inserção do Registro de Imóveis do Brasil no mundo digital

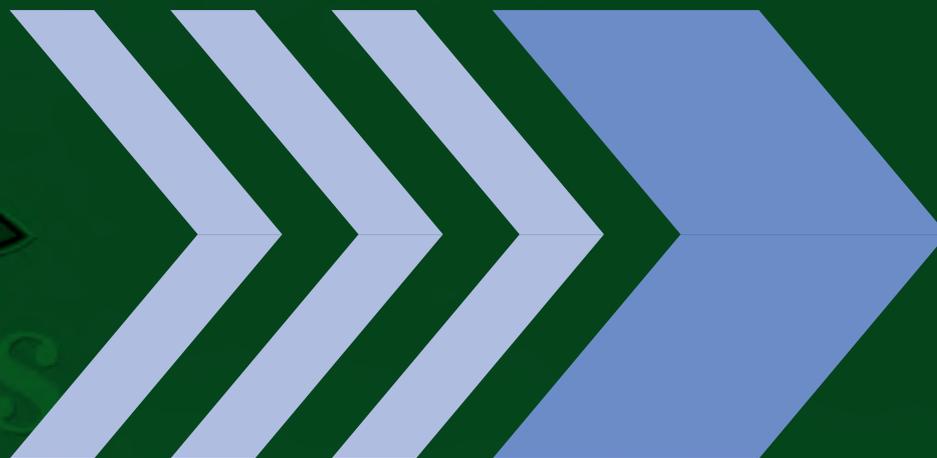
*“É preciso facilitar a vida do usuário, propiciando uma única porta de acesso aos serviços em vários Estados, tanto para obtenção de informações quanto para a protocolização de títulos”*

**José Paulo Baltazar Júnior,  
presidente do CORI-MS**

# DELEGATÁRIOS RECEBEM homenagem do Poder Judiciário

Cerimônia foi realizada, em dezembro,  
no plenário do Tribunal Pleno do TJMS





**Corregedoria-Geral da Justiça de MS prestou homenagem aos delegatários dos serviços extrajudiciais que estão ou estiveram em atividade pelo período de 30 a 40 anos**



**V**isivelmente emocionados com o reconhecimento, com sentimento de gratidão. Assim estavam os presentes na solenidade realizada no plenário do Tribunal Pleno, no dia 9 de dezembro, em que a Corregedoria-Geral de Justiça homenageou delegatários, em razão dos relevantes serviços prestados à sociedade.

A cerimônia integra um conjunto de homenagens que a Corregedoria-Geral da Justiça realizou em 2022, sendo a primeira em abril, para reconhecer os serviços prestados pelos delegatários que exercem ou exerceram a titularidade nos serviços extrajudiciais por mais de 40 anos, desde a criação do Estado. Desta vez, foram homenageados os que estão ou estiveram em atividade pelo período de 30 a 40 anos.

A homenagem foi criada em razão da importância jurídica e social da atividade desempenhada pelos notários e registradores, que contribuíram significativamente no desenvolvimento de Mato Grosso do Sul ao longo das últimas quatro décadas, em especial no que se refere ao acesso e efetivação de direitos. Algumas homenagens foram póstumas.

Na abertura da cerimônia, o então corregedor-geral de Justiça, o desembargador Luiz Tadeu Barbosa Silva, fez um balanço do trabalho realizado pela Corregedoria no último biênio; ressaltou que o Mato Grosso do Sul, apesar de ser uma unidade federativa nova, tem avançado muito, e apontou o trabalho dos delegatários para o desenvolvimento do Estado.

“Estamos no crepúsculo de nossa gestão e foi uma experiência inesquecível. Nós estamos no quinto concurso para serventias extrajudiciais, mas pasmem: há estado no Brasil que até hoje, desde a CF de 1988, não conseguiu fazer nenhum concurso para cartório extrajudicial. Este é o diferencial de MS – estado moderno, organizado e que conta com o extraordinário trabalho de seus servidores”, disse ele.

*“Estamos no crepúsculo de nossa gestão e foi uma experiência inesquecível. Nós estamos no quinto concurso para serventias extrajudiciais, mas pasmem: há estado no Brasil que até hoje, desde a CF de 1988, não conseguiu fazer nenhum concurso para cartório extrajudicial.”*

**Luiz Tadeu Barbosa Silva, então corregedor-geral de Justiça de MS**



O magistrado lembrou ainda dos delegatários que, muitas vezes, recepcionaram os juízes que chegavam em suas comarcas, há 40 anos, quando os meios de transporte e comunicação eram precários, e afirmou ser este mais um motivo para a homenagem que, embora singela, estava muito emotiva.

Barbosa Silva concluiu seu discurso falando sobre o relacionamento com a categoria. “Neste período, tentamos manter um relacionamento de altíssimo nível com os delegatários. Conseguimos concretizar a renda mínima para cartórios de registro civil, estamos estudando ressarcimento integral dos atos gratuitos e elaborando

convênios com a Sejus para que cartórios de registro civil possam expedir o RG. Enfim, a pandemia nos obrigou à inspeção virtual e verificamos a capacidade de cada cartório. Tivemos pouquíssimos problemas envolvendo irregularidades na prestação de serviços. Temos serviços de excelência. Recebam nossa homenagem”.

Dos titulares em exercício foram homenageados Aimee Aparecida de Souza Ferreira (35 anos em Brasilândia), Teresa Oliveira Arruda (34 anos em Brasilândia), Helena Dias Pereira (34 anos em Caarapó), Joanna D’Arc de Paula (31 anos em Campo Grande), Izani Pitthan dos Santos (40 anos em

Dourados), Marilda Santos de Ávila Borges (31 anos em Eldorado), Mariza Alcantara dos Santos Cardoso (35 anos em Inocência), Maria Alice Marcon Yotsui (34 anos em Ivinhema), Elma Aparecida de Souza Bogdan (35 anos em Naviraí), Dulce Maria Rodrigues de Mello (35 anos em Paranaíba), Marlúcia Lopes da Silva Marques (39 anos em Paranaíba), Lucia Higa (40 anos em Ribas do Rio Pardo), Naurides Roggia Lorenzoni Souza (40 anos em Ribas do Rio Pardo), Naurelina Colman Satorre (35 anos em São Gabriel do Oeste), Sueli Trannin Bernardo (39 anos em Três Lagoas), Aristides Borges de Esquivel (40 anos em Bandeirantes),



José Bezerra de Lira (38 anos em Caarapó), Lucas Alves do Valle Filho (39 anos em Camapuã), Adalberto Luiz Reichert (37 anos em Itaporã), Maurício Moreira (39 anos em Miranda), Waldir Vargas (34 anos em Nioaque), Edson Jorge Amorim Barbosa (32 anos em Rio Negro), Daniel de Souza (40 anos em Sete Quedas), Denilson Wiggers (33 anos em Sete Quedas), Gilberto Alves Ferreira (35 anos em Sete Quedas) e Alcides Larsen (34 anos em Chapadão do Sul).

Postumamente, receberam o reconhecimento Dogenilia Vasconcelos de Oliveira (38 anos em Angélica), Eulenir Oliveira Lima (36 anos em Nova

Andradina), Lúcia Helena Dutra Barreto (33 anos em Sonora), Maria de Lourdes Pombo Moreira da Cruz (36 anos em Corumbá), Vilma Martins e Souza (30 anos em Bataguassu), Alberto Ottoni Guimarães (30 anos em Água Clara), Alcides Silva (36 anos em Deodópolis), Edilson Nobre de Azevedo (36 anos em Mundo Novo), Edmilson Brum Escobar (35 anos em Jardim), Edvaldo Silva de Arruda (35 anos em Sidrolândia), Eremilton Alves Santana (34 anos em Deodópolis), Jaime Moses (37 anos em Dourados), José Thomas de Jesus (37 anos em Porto Murtinho), Jurema Carpes Pitthan (34 anos em Ponta Porã), Manoel Alves de Morais Neto (36 anos em

Pedro Gomes) e René Miguel (30 anos em Dourados).

Dentre os homenageados, somente Anna Maria Magalhães Queiroz, com 37 anos, em Três Lagoas, é inativa.

Prestigiaram o evento o vice-presidente do TJMS, desembargador Sideni Soncini Pimentel; o desembargador Luiz Gonzaga Mendes Marques; o corregedor-geral de Justiça eleito para a próxima gestão, desembargador Fernando Mauro Moreira Marinho; o juiz auxiliar da Corregedoria Renato Antonio de Liberali, representantes de associações das categorias dos notários e registradores, além de familiares e amigos dos homenageados.

# CARTÓRIOS DE PROTESTO PLANEJAM novas atividades no ano de 2023

**Nova gestão do IEPBT-BR pode aprimorar a utilização do instrumento do Protesto em transações do mercado financeiro**

**D**esde setembro de 2022, o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (IEPTB-BR) possui uma nova diretoria, com a presidência sendo exercida pelo tabelião de Protesto em São João do Meriti (RJ), André Gomes Netto. Um dos objetivos da nova diretoria é estreitar as parcerias com instituições financeiras para utilização do Protesto, inclusive com os bancos.

Além de Netto como presidente do IEPTB-BR, a nova diretoria à frente do Instituto para o triênio 2022/2025 é composta por Ionara Pacheco de Lacerda Gaioso, vice-presidente; Guilherme Gaya, secretário-geral; Germano Carvalho Toscano de Brito, 1º secretário; Romário Mezzari, 2º secretário; Luciana Fachin, 1ª tesoureira e Geraldo Henrique Moromizato, 2º tesoureiro. Compõem o Conselho Fiscal os tabeliões Celso Belmiro, João Norberto França Gomes e Reinaldo Velloso, enquanto o Conselho Consultivo é formado por Cláudio Marçal Freire e Léo Barros Almada.

“A convergência nos impulsiona para uma nacionalização da atividade de Protesto, que tem que ser uma única porta de entrada e uma única porta de saída. Isso facilita a vida do usuário, agrega valor às empresas, cria previsibilidade, que é segurança jurídica”, destaca. “Essa é a nossa razão de existir. Saímos com esse mote da nacionalização da nossa atividade e da ultradigitalização. A outra palavra de ordem é a interoperabilidade. Temos que ser nacionais, digitais, e temos que ser interoperáveis. Ou seja, temos que nos plugar nas plataformas de todas as empresas, de todos os entes públicos. Essa é a missão do século XXI do tabelião de Protesto”, diz o presidente eleito.

“O Tabelionato de Protesto passa a ser o Ofício da Cidadania financeira,

parafraseando a nossa atividade irmã, o Registro Civil das Pessoas Naturais, que engloba também atividades não típicas como, por exemplo, emissão de passaportes e identificação civil. O tabelião de Protesto está sendo recrutado pelo mercado a fomentar e propiciar outros atos acessórios, mas que facilitam o seu ato principal que é o Protesto de Títulos em sentido estrito. Essa é a nossa missão”, complementa Netto.

Para a vice-presidente do IEPTB-BR, Ionara Gaioso, o novo modelo de gestão aprovado recentemente no novo Estatuto, traz uma gestão mais profissional do Instituto, mais colegiada e que busca novas soluções para a esteira de cobrança do Protesto.

“Agora, mais do que nunca, a gente tem conversado com o mercado, com o sistema financeiro, e todos os projetos demandam aprovação, aprovação da diretoria ou aprovação antes em Assembleia. A gente precisava diminuir esse tempo para que essas tomadas de decisão fossem mais rápidas e mais eficientes na construção desses novos negócios e dessas novas parcerias. E isso vem de forma muito clara nesse novo estatuto. Ele vem para modernizar o serviço de Protesto e dar maior agilidade na contratação, nas demandas que a gente tem recebido do mercado para entregar parcerias, contratos, tudo isso fica muito mais rápido. São parcerias fundamentais que aumentam o volume de títulos encaminhado a Protesto, que traz novos negócios, novas soluções para a nossa esteira de cobrança. Que moderniza os processos e procedimentos porque se fala em investimento em tecnologia, melhoria dos nossos sistemas e nossas centrais”, avalia Gaioso.

Integrante do Conselho Fiscal do IEPTB-BR, o tabelião de Protesto de Letras e Títulos de Campinas, Reinaldo



**Para o presidente do IEPTB-BR, André Gomes Netto, a convergência impulsiona para uma nacionalização da atividade de Protesto, que tem que ser uma única porta de entrada e uma única porta de saída**

*“Temos que nos plugar nas plataformas de todas as empresas, de todos os entes públicos. Essa é a missão do século XXI do tabelião de Protesto.”*

**André Gomes Netto,  
presidente do IEPTB-BR**

Velloso dos Santos diz que a nova gestão pretende dar continuidade ao excelente trabalho das gestões anteriores, aprimorando a central eletrônica e



Para a vice-presidente do IEPTB-BR, Ionara Gaioso, o novo modelo de gestão aprovado recentemente no novo Estatuto traz uma gestão mais profissional do Instituto



Integrante do Conselho Fiscal do IEPTB-BR, Reinaldo Velloso dos Santos diz que a nova gestão vai aprimorar a central eletrônica e ampliar a utilização do Protesto como importante meio de recuperação de crédito no mercado



2º secretário do IEPTB-BR, Romário Mezzari afirma que o Protesto é extremamente eficiente e muito mais barato do que uma ação de execução

*“Agora, mais do que nunca, a gente tem conversado com o mercado, com o sistema financeiro, e todos os projetos demandam aprovação: aprovação da diretoria ou aprovação antes em Assembleia”*

**Ionara Gaioso,  
vice-presidente do IEPTB-BR**

ampliando a utilização do Protesto como importante meio de recuperação de crédito no mercado.

“Para as instituições financeiras mais tradicionais, o Protesto é utilizado apenas em uma fase mais avançada da cobrança, após a utilização de outros mecanismos de recuperação de crédito. Por se tratar de um procedimento disciplinado em lei, com prazo exíguo e regras rígidas, o Protesto acaba sendo postergado. Seria de extrema relevância uma modernização do instituto, seja por ato normativo, seja por alteração legislativa, com a expressa admissão das medidas de solução negocial prévia”, relata o tabelião.

Já o 2º secretário do IEPTB-BR, o presidente do Instituto de Estudos de Protesto do Rio Grande do Sul (IEPRO), Romário Mezzari, acredita que o Protesto

se resolve rápido, apresenta segurança jurídica, muitas vezes ausente nas demais opções de cobrança, é extremamente mais eficiente e muito mais barato do que uma ação de execução.

“Quando analisamos as causas que podem contribuir para o aumento da utilização do protesto como principal instrumento de recuperação de crédito, chama atenção alguns problemas enfrentados, como a falta de uniformidade nacional no que diz respeito principalmente aos emolumentos, onde cada Estado tem valores e critérios muito diferentes. Não há uniformidade também nos procedimentos de forma geral. Ora, se o Banco que atua em todo o território Nacional, ele terá que se adaptar a estas diferenças e ter uma regra para cada Estado”, pondera o presidente do IEPRO.

# “A LGPD veio para somar e garantir a proteção DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS QUE ENVOLVAM A ESFERA PRIVADA DE CADA PESSOA”

Mestre em Direito, o oficial de registro de Amambai (MS) Rafael Cabral da Costa explica como os cartórios devem se adequar ao Provimento CNJ nº 134/2022

**A** Lei 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), trouxe transformações na coleta, tratamento e armazenamento de dados em diversos setores da sociedade, incluindo os cartórios. Com a nova lei, todos aqueles que recolhem e processam dados de terceiros precisam passar pelas adequações indicadas.

A Corregedoria Nacional de Justiça estabeleceu, no Provimento nº 134/2022, os procedimentos técnicos e as medidas que devem ser adotadas pelos cartórios no que diz respeito ao tratamento de dados da população. A normativa traz ainda um roteiro para auxiliar as serventias extrajudiciais em toda a adequação à nova lei com transparência nos serviços prestados pelos notários e registradores.

Os cartórios têm um prazo para se adequar às normas da LGPD e podem sofrer penalidades, como multas, em caso de descumprimento das orientações do Provimento nº 134/2022.

Para falar mais sobre o tema, a Anoreg/MS entrevistou oficial de registro de Amambai (MS) Rafael Cabral da Costa, mestre em Direito.

## **Anoreg/MS - Qual a importância da Lei Geral de Proteção de Dados para a sociedade?**

**Rafael Cabral** - A proteção de dados é uma preocupação antiga relacionada a um direito fundamental das pessoas, o direito de todos à privacidade. No Brasil a LGPD teve seu nascedouro com o Projeto de Lei 4.060 ainda no ano de 2012, que foi apresentado pelo deputado Milton Monte do PR de São Paulo, este PL teve outro projeto apensado (5.276/2016) dando origem a Lei Ordinária nº 13.709/2018, a LGPD. No mundo, a inquietação com a regulação para a proteção de dados data de 1993, ano



**Oficial de registro de Amambai (MS), Rafael Cabral da Costa fala sobre as mudanças trazidas pela Lei 13.709/2018 e como os cartórios extrajudiciais devem se preparar para se adequarem às exigências do texto**

em que a Nova Zelândia editou um ato normativo (Privacy Act 1993 n. 28), prevendo princípios de proteção à coleta, acesso, uso e divulgação de informações individuais. Na América do Sul, o Chile foi o primeiro país a editar um ato com a mesma natureza, a Lei nº 19.628 em 28 de agosto de 1999, o art. 1º desta previu que não só particulares, mas também organismos públicos deveriam se sujeitar às regras de proteção no tratamento de dados pessoais. Não existe um regramento jurídico único aplicável que vise a proteção individual da privacidade,

mesmo no Brasil, existem outras leis que também têm o mesmo objetivo, a exemplo da Lei 12.737/2012, que inseriu o art. 154-A no nosso Código Penal, criminalizando a conduta de invadir celulares, computadores e qualquer outro dispositivo informático. Outras leis também buscam proteger as informações pessoais das pessoas, como a Lei 12.414/2011, que regula a consulta a banco de dados com informações sobre a saúde financeira do indivíduo para ter acesso ao crédito, Serasa e SPC são exemplos de destinatários desse regramento, ou mesmo



*“Contudo, outras obrigações decorrem de novas funcionalidades, pois os arquivos digitais podem ser corrompidos, podem ser acessados por terceiros, pode ocorrer uma série de situações que impliquem incidentes que danifiquem os dados armazenados”*

o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), que prevê um conjunto de regras aplicáveis a qualquer pessoa que utilize a internet, tendo como um dos seus princípios a proteção à privacidade. A edição de regras através de leis que privilegiem o direito à privacidade é criar uma barreira a intromissões tanto do Estado como de outras pessoas, evitando ingerências indevidas em sua vida pessoal. Na prática, proteger o cidadão de ligações de Call Center, Telemarketing, se não as deseja receber, de que o banco onde a pessoa tem sua conta não venha a compartilhar seus dados sem autorização, que suas informações médicas não saiam da esfera entre paciente e médico, que suas fotos, vídeos e arquivos das mais variadas naturezas se mantenham privados até que você decida compartilhar. A LGPD veio para somar e garantir a proteção das informações pessoais que envolvam a esfera privada de cada pessoa.

#### **Anoreg/MS - Como os cartórios devem se adequar à lei?**

**Rafael Cabral** - A adequação dos cartórios à LGPD passa pela necessidade de atendimento ao Provimento nº 134/2022, editado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), muito facilitado hoje para as serventias que atendem o Provimento nº 74/2018 do CNJ, que estabeleceu a adoção de padrões mínimos de tecnologia da informação para a segurança dos dados armazenados pelos serviços notariais e de registro. Antes mesmo da LGPD, havia a obrigação de cada cartório possuir um plano de continuidade da atividade em casos de ocorrências de falhas, erros ou qualquer incidente com dados, dotando o cartório de um acervo mínimo de segurança como backup, software licenciado, antivírus, firewall, dentre outros mecanismos de proteção no tratamento de dados pessoais. Desta forma, aqueles que no âmbito físico e virtual atenderam as exigências da normativa anterior, hoje

basicamente devem elaborar um mapeamento da atividade e tendo políticas definidas documentar cada uma destas, como por exemplo, nomear uma pessoa, chamada encarregado, que será o canal de comunicação entre o controlador (quem tem decisão e controle dos dados), os titulares dos dados (as pessoas que utilizam o serviço) e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão da administração pública responsável pela fiscalização da LGPD. Contudo, não basta criar políticas de segurança e documentar a atividade, a LGPD exigirá de cada controlador uma adequação cultural na proteção dos dados pessoais, vai além do compliance, pois não se trata de algo esporádico, mas perene.

#### **Anoreg/MS - De que forma a adequação dos cartórios sul mato-grossenses à LGPD garantirá mais segurança à população?**

**Rafael Cabral** - O impacto na vida do cidadão é relacionado diretamente à proteção de seus dados pessoais, então, de sua privacidade, isto, quanto à segurança das informações coletadas e armazenadas pelas serventias extrajudiciais e à proteção ao não compartilhamento indevido, à continuidade e perenidade destas informações no tempo, de forma indeterminada, e à garantia do acesso público a estas mesmas informações íntegras e somente nas hipóteses legais, que serão acessadas publicamente por meio de certidão, publicação de editais, intimações, enfim, a disponibilização dos dados pessoais sobre os fatos e atos jurídicos da vida da pessoa, como nascimento, casamento, óbito, de propriedade, de penhores, de títulos de créditos protestados, de constituição de procuração e toda uma gama de situações.

#### **Anoreg/MS - A informatização dos cartórios favorece ou dificulta o controle dos dados pessoais?**

**Rafael Cabral** - A informatização de qualquer atividade beneficia o serviço praticado, independente de sua natureza, pois agiliza aquilo que antes era feito manualmente, racionalizada procedimentos, auxilia na busca e identificação de documentos ou qualquer outro arquivo, e, se pararmos para pensar, um escritório de antigamente cabe dentro de uma máquina às vezes pouco maior do que algumas folhas de papel. Contudo, outras obrigações decorrem de novas funcionalidades, pois os arquivos digitais podem ser corrompidos, podem ser acessados por terceiros, pode ocorrer uma série de situações que impliquem incidentes que danifiquem os dados armazenados. Assim, é necessária a adoção de medidas que minimizem eventuais falhas e permitam garantir a segurança dos dados, segurança, esta, maior do que antes da informatização, pois a exemplo de ocorrências de eventos naturais como enchentes em Jardim Belval em Barueri-SP, Quebrangulo-AL, Mata do Sul-PE ou mesmo criminosas, como o incêndio no cartório de Itapemirim-ES, caso o acervo esteja todo digitalizado, é possível resgatar as informações que se perderam no papel.

#### **Anoreg/MS – Quais penalidades o cartório pode sofrer caso não se adequar dentro do prazo estabelecido?**

**Rafael Cabral** - As penalidades neste caso poderão variar, pois no âmbito da responsabilidade administrativa disciplinar regida pela Lei nº 8.935/1994, a inobservância de prescrição legal pode gerar punição ao responsável pela serventia, variando de repreensão e com possibilidade de perda da delegação. Já as sanções administrativas no âmbito da LGPD, aplicáveis pela autoridade nacional, identificada alguma infração poderá haver a aplicação de advertência com a obrigação de ser adotada a medida corretiva ou multa que pode chegar a 2% do faturamento limitado R\$ 50.000.000,00 pela infração.

# ARPEN/MS INTEGRA O PROJETO Juizado Especial Itinerante Fluvial

**Ação tem como objetivo atender populações indígenas e ribeirinhas de Corumbá**

**E**ntre os dias 4 e 10 de novembro, a Associação dos Registradores Cíveis de Pessoas Naturais (Arpen/MS) participou das atividades do Juizado Especial Federal Itinerante Fluvial, promovido pela Justiça Federal da 3ª Região no Estado de Mato Grosso do Sul.

A ação atendeu a população carente que reside longe dos centros urbanos, em locais de difícil acesso como aldeias indígenas e comunidades ribeirinhas do pantanal de forma totalmente gratuita. Os atendimentos foram realizados pela equipe do 2º Serviço Notarial e de Registro Civil de Corumbá e incluiu a emissão de certidões, regularização de documentos e outros serviços.

Ao todo foram atendidas mais de 15 comunidades, 56 segundas vias de certidões de nascimento emitidas. "Para nós é uma alegria estar presente nesse projeto atendendo a população, especialmente com a emissão das certidões de nascimento, que é o primeiro documento que o cidadão possui. Importante lembrar que a maioria dessas pessoas não tem condições de se deslocar até o cartório para fazer o registro de nascimento ou pedir a segunda via deste documento. Prestamos esse serviço de acesso à cidadania sem custos", comenta Marcus Roza, presidente da Arpen/MS.

A diretora do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, a juíza federal Monique Marchioli Leite, conta que a ideia do projeto surgiu a partir da primeira etapa do itinerante terrestre. "Vimos que tinham muitos ribeirinhos participando e que eles tinham uma necessidade de atendimentos para essa população. Então falamos com a equipe da Marinha e logo depois começamos as tratativas para que a gente pudesse fazer esse atendimento".



**Diretora do Foro da Seção Judiciária de MS, a juíza Monique Marchioli Leite, diz que em 2023 a programação é que tenha mais duas expedições**



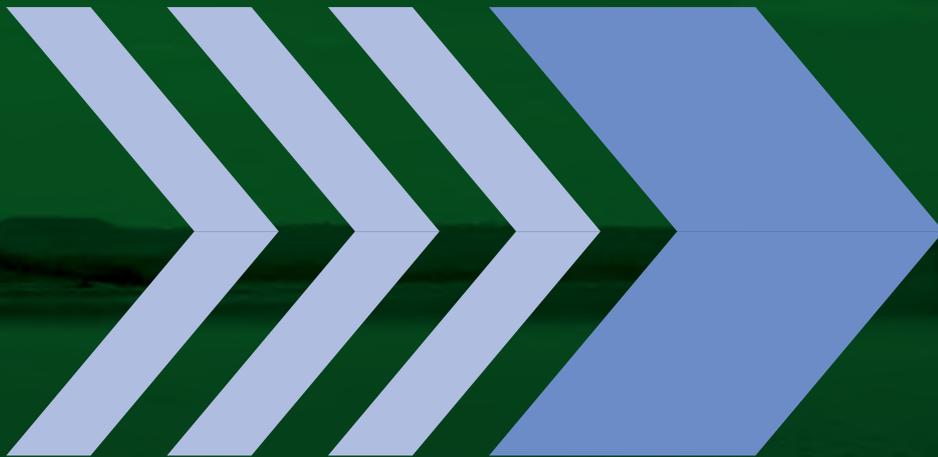
**O presidente da Arpen/MS, Marcus Roza, destaca que a maioria das pessoas não tem condições de se deslocar até o cartório**

*"O registro civil é extremamente importante para essa nossa ação, porque ele contribui muito para a construção dos benefícios e também para devolver a identidade para a pessoa, dela saber que tem um documento"*

**Monique Marchioli Leite,  
juíza e diretora do Foro da Seção  
Judiciária de Mato Grosso do Sul**

*"Para nós é uma alegria estar presente nesse projeto atendendo a população, especialmente com a emissão das certidões de nascimento, que é o primeiro documento que o cidadão possui"*

**Marcus Roza,  
presidente  
da Arpen/MS**



A juíza explica que a primeira edição do projeto foi realizada em novembro de 2021, em Corumbá, e a segunda etapa em abril de 2022. Além de uma edição em Coxim, que foi feita em uma única etapa. “Já temos uma programação para o ano que vem. Faremos mais algumas expedições. A primeira deve ser em abril, a segunda vai ser a partir da metade do ano, mais para o final do ano”, diz Monique.

Para a oficial interina do 2º Serviço Notarial e de Registro Civil de Corumbá, Glaucia do Valle Pereira Paiva, o trabalho é de grande relevância para a comunidade ribeirinha da região, que, muitas vezes, devido à distância e ao pouco tempo que passam na cidade, não conseguem resolver as suas pendências, sejam de documentação ou de solicitações de benefícios, entre outras situações atendidas.

“Para o 2º Serviço Notarial e de Registro Civil de Corumbá foi um prazer contribuir para o benefício da nossa população, levando as informações e os serviços necessários à prática da cidadania nas regiões de difícil acesso, sempre participamos das ações promovidas no âmbito Municipal, Estadual e Federal”, conta a oficial.

Para a diretora do Foro da Seção Judiciária, a participação do Registro civil é essencial, porque muitas pessoas chegam a eles sem documentação. “Tudo que fazemos, em termos de concessão de benefício, precisa de documento. Além disso, é que, com a identificação, com a emissão da certidão, essas pessoas passam a ter visibilidade. Então, o registro civil é extremamente importante para essa nossa ação, porque ele contribui muito para a construção dos benefícios e também para devolver a identidade para a pessoa, dela saber que tem um documento”, afirma Monique Leite.



**Ação atendeu a população carente que reside longe dos centros urbanos, em locais de difícil acesso como aldeias indígenas e comunidades ribeirinhas do pantanal**

A cerimônia de abertura do mutirão aconteceu no cais do porto do Comando do 6º Distrito Naval, da Marinha do Brasil, e contou com a presença do coordenadora dos Juizados Especiais Federais (JEFs) da 3ª Região, desembargadora federal Daldice Santana; do desembargador federal do TRF3, Mairan Maia; da diretora do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, juíza federal Monique Marchioli Leite; do presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, desembargador Carlos Eduardo Contar; e do comandante do 6º Distrito Naval da Marinha do Brasil, vice-almirante Paulo César Bittencourt Ferreira.

#### **ÓRGÃOS PRESENTES NA AÇÃO**

A Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública do Estado, o Corpo de Bombeiros Militar, o Ministério Público Federal, a Marinha, a Secretaria do Estado de Justiça e a Secretaria Segurança Pública também integram a ação.

*“Para o 2º Serviço Notarial e de Registro Civil de Corumbá foi um prazer contribuir para o benefício da nossa população, levando as informações e os serviços necessários à prática da cidadania nas regiões de difícil acesso, sempre participamos das ações promovidas no âmbito Municipal, Estadual e Federal”*

**Glaucia do Valle Pereira Paiva,  
oficial interina do 2º Serviço  
Notarial e de Registro Civil  
de Corumbá (MS)**

# 1º Ofício - Registro de Imóveis e Anexos

## DA COMARCA DE JARDIM (MS)

### CONTA COM SEDE 100% INFORMATIZADA

Desde 2015, o tabelião e oficial Gil Fleming vem promovendo mudanças estruturais e tecnológicas na serventia

O 1º Ofício - Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Jardim – Cartório Fleming – que fica a 237 quilômetros da capital sul-mato-grossense, foi criado em 1969 após o desmembramento da serventia do município de Bela Vista.

Atualmente, o cartório que passou por uma mudança de sede em maio de 2019, é administrado pelo tabelião e registrador Gil Fleming, desde outubro de 2015. O titular conta que a motivação para a construção da nova sede foi proporcionar um atendimento com maior qualidade, visando o bem estar, a comodidade e a satisfação dos usuários

O novo prédio conta com instalações amplas e modernas, com recursos de acessibilidade para os portadores de deficiência, bem como funcionários aptos para o atendimento em libras. O ambiente foi pensado e estruturado visando o conforto dos usuários e colaboradores, bem como a correta e adequada guarda e conservação dos documentos públicos.

O tabelião e oficial do Cartório Fleming conta que nesses sete anos à frente do Primeiro Serviço Notarial e Registral foi promovida uma verdadeira revolução em termos de estrutura física, digitalização documental, implantação de sistemas, estabelecimento de rotinas e treinamento de funcionários. “Foram necessários muitos anos para conseguirmos coibir

práticas viciadas, mudar mentalidades e apresentar uma nova perspectiva da atividade notarial e registral para a população. Para tanto, não economizamos investimentos monetários, bem como dedicação em tempo integral ao desenvolvimento da atividade, visando sempre oferecer um serviço de excelência para a população das cidades que estão dentro da nossa competência territorial”.

Gil explica que a nova estrutura também está totalmente informatizada, seguindo os padrões mínimos de tecnologia da informação para a segurança, integridade e disponibilidade de dados estabelecidos pelo Provimento nº 74/2018, da Corregedoria Nacional de Justiça.

“Sempre procurei pautar nosso trabalho



Fachada do 1º Ofício - Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Jardim (MS), que ganhou nova sede em maio de 2019

*“Sempre procurei pautar nosso trabalho no tripé agilidade, segurança e cortesia, buscando, desta forma, aliar os princípios registrares e notariais com a urgência que o mundo moderno busca no seu tráfego negocial, sem descuidar do atendimento cordial que a população merece”*

**Gil Fleming, titular do 1º Ofício Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Jardim (MS)**



no tripé agilidade, segurança e cortesia, buscando, desta forma, aliar os princípios registrares e notariais com a urgência que o mundo moderno busca no seu tráfego negocial, sem descuidar do atendimento cordial que a população merece", conta Gil Fleming.

Segundo Gil Fleming, atualmente, um dos maiores desafios enfrentados pela serventia é a dificuldade em encontrar pessoas dispostas a aprender e se dedicar ao trabalho notarial e registral. "Existe uma rotatividade muito grande na função de auxiliar cartorário, fenômeno que credito ao crescente desinteresse da população pelo trabalho em si. Tem muita gente procurando emprego, mas, infelizmente, poucos querendo efetivamente trabalhar", observa.



O titular Gil Fleming, à frente da serventia desde outubro de 2015, conta que a construção da nova sede busca proporcionar um atendimento com maior qualidade



Equipe do 1º Ofício - Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Jardim (MS)

*"Foram necessários muitos anos para conseguirmos coibir práticas viciadas, mudar mentalidades e apresentar uma nova perspectiva da atividade notarial e registral para a população"*

**Gil Fleming, titular do 1º Ofício Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Jardim (MS)**



É um orgulho  
ter **VOCÊ**  
como cliente

São mais de 5000 cartórios como clientes

## A única Gráfica 100% especializada em Cartório

### Etiquetas



Melhores práticas, tecnologia e serviços em impressos, livros e etiquetas para o seu cartório, são alguns dos diferenciais que a JS tem para oferecer aos seus clientes.

### Traslados



A única gráfica especializada em cartório, com equipe que desenvolve todas as etapas, desde a criação, escolha de materiais, elementos de segurança, provas e amostras, tudo num único lugar.

### Capas



Linha completa de livros, etiquetas matriciais, etiquetas transtérmicas, traslados, certidões, envelopes, protetores plásticos, capas de escritura...

### Certidões



Ligue, acesse nosso site ou agende uma vista.

Atendimento completo desde a criação até a entrega dos seus impressos.



CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CLIENTE

TEL.:(11) 4044-4495

E-MAIL: VENDAS@JSGRAFICA.COM.BR - WWW.JSGRAFICA.COM.BR